

OS NOVOS ATORES SOCIAIS: a formação do acampamento de Sumaré II no Estado de São Paulo (1980)

Cláudia Delboni

Mestre em História Social – USP
Doutoranda em História - UFGD

RESUMO: Realizar algumas considerações teórico-metodológicas acerca da participação das mulheres na consolidação do acampamento de Sumaré II, que ocorreu na década de 1980 no Estado de São Paulo - município de Sumaré -, contexto marcado pela eclosão de movimentos, que trouxeram para o cenário político novos atores sociais. O artigo é parte da pesquisa da dissertação de mestrado, que se utilizou da História Oral de Vida para analisar algumas categorias de análise que instrumentalizaram na compreensão da temática, tais como cidadania e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: movimento social; assentamento rural; mulheres.

ABSTRACT: Perform some theoretical and methodological considerations regarding women's participation in the consolidation of gestational Camp II, which occurred in 1980 in the State of São Paulo - Sumaré - context marked by the emergence of movements which brought the new political landscape social actors. The article is part of the research of the dissertation, which used the Oral History of Life to analyze some categories of analysis that commodification in the understanding of the subject, such as citizenship and identity.

KEYWORDS: social movement; rural settlement; women.

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação das mulheres na consolidação do acampamento de Sumaré II que ocorreu no Estado de São Paulo - município de Sumaré -, na década de 1980¹. Primeiramente, faz-se necessário salientar que no final dos anos de 1970, percebemos produções acadêmicas que enfatizaram os aspectos simbólicos na construção dos movimentos sociais, uma vez que a década caracterizou-se pela implosão de mobilizações que eclodiram nas periferias das cidades e zonas rurais.

Neste contexto, percebemos uma mudança na problematização dos movimentos sociais, para além da tradicional luta de classes, uma vez que os movimentos trouxeram personagens que reivindicavam uma inserção social, a partir da reordenação dos poderes

¹ Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado realizada entre 2005-2008, no Programa de História Social na FFLCH/USP.

vigentes. Amparados na cidadania, inúmeros movimentos irromperam no cenário político e moviam-se nas relações sociais do cotidiano, e não apenas nos espaços da fábrica, dos sindicatos e partidos, locais privilegiados de conscientização política e desvendamento da luta de classes, segundo a sociologia clássica.

Eder Sader para compreender a irrupção dos operários no cenário político recorreu a revisões teórico-metodológico. Sobre isso nos afirma,

Fui levado, por isso, ao estudo dos processos de atribuição de significados, pelos quais uma ausência é definida como carência, e como necessidade, e pelos quais certas ações sociais são definidas como correspondendo aos interesses de uma coletividade. Refiz, assim, o percurso das ciências sociais e me dei conta de que sua crise se expressa na perda de poder explicativo dos modelos globais que a sustentaram, mas não implica a irrelevância das contribuições que seus autores para o conhecimento da vida social, mesmo no que ela apresenta de mais atual (SADER, 1988: 43).

Percebendo os limites da explicação da ação dos sujeitos sociais, a partir do sistema, Eder Sader enveredou para a antropologia na perspectiva de compreender os aspectos simbólicos que permearam a ação social, assim como a sociologia de Max Weber para compreender o sentido das mobilizações dado pelos agentes sociais envolvidos. Sem abandonar o conceito de classe o autor vai incorporar elementos culturais para compreender o percurso de mobilização dos novos personagens em cena.

Portanto, no curso da década de 1970, os intelectuais redescobrem a potencialidade da sociedade civil que protagonizou novas práticas coletivas com criatividade: greves, comunidades de bases, associações de moradores de bairros, acampamentos, etc. Sobre isso Eder Sader escreveu,

Eu não estava simplesmente diante de um movimento de ruptura nos padrões de legitimação da ordem. Inclusive porque nem essa contestação era tão generalizada, nem a legitimação o havia sido. Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia a emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945 (SADER, 1988: 36-7).

A partir dessas considerações teóricas metodológicas, analisaremos a gênese da mobilização das mulheres na periferia da Campinas, no Estado de São Paulo, no início da

década de 1980, quando os moradores do bairro Rosolén reuniram-se para a construção de um centro comunitário, que mobilizou muitas famílias para a criação de uma horta. Estimulados pelas reuniões semanais, organizados pelos coordenadores, foram rapidamente ampliando a consciência de que as situações experimentadas individualmente eram realidades de muitas famílias. Conforme a memória de dona Francisca, uma assentada que iniciou sua participação política, como coordenadora:

Foi na Comunidade Nossa Senhora de Fátima ,que eu trabalhava como coordenadora, que surgiu a idéia de uma horta comunitária, para podermos atender aquela necessidade das famílias da comunidade que estavam mais carentes. Então, conseguimos uma área de terra e ganhamos um caminhão e um motor de irrigação para funcionar a horta.... Logo veio a necessidade de comercializar toda aquela verdura, porque era muita verdura, com isso foram criadas quitandas em vários bairros da cidade, e o caminhão fazia o transporte das verduras para as quitandas. Mas não foi suficiente ainda continuaram muitas famílias passando por necessidades, então surgiu a idéia de uma terra maior. E como coordenadora tinha o papel fundamental de incentivar, de esclarecer as famílias a se reunirem, a se entenderem e chegarem num objetivo comum para irem para uma terra, por que cada pessoa, cada família pensa de uma forma, mas para conquistar mais terra tinha que ter uma maioria compartilhando uma igualdade de pensamento para poder dar certo. E o meu papel na comunidade foi muito esse de incentivar as famílias para a união, para a amizade para poderem ir em busca dessa terra. II².

Neste contexto de carestia, a participação da Igreja foi fundamental. As Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), organizadas por padres e agente pastorais poiaram as famílias com material, espaço e estímulo para a organização da comunidade na superação dos problemas oriundos da recessão econômica. A montagem de uma horta comunitária, em terrenos urbanos desocupados, foi a primeira alternativa encontrada para amenizar a fome que rondava para além do bairro Rosolén.

Logo a horta tornou-se precária diante de tantas carências. Os agentes pastorais ampliaram a ajuda, organizando compras comunitárias de produtos em atacado e os vendiam a preço de custo para os moradores necessitados. Todavia, os espaços da horta, das compras comunitárias tornaram-se ações pequenas e a ocupação de terras tornou-se necessidade, mas para isso havia necessidade da coesão do grupo. Os agentes desempenharam atividade pastoral, incentivando as famílias a participarem das reuniões, estabelecendo laços de amizade e amenizando as diferenças, as individualidades, para a consolidação de um coletivo. Cada família pensava de uma forma, mas para realizar a

² Francisca Domingos, entrevista realizada no Assentamento de Sumaré II, no dia 18/08/2006.

ocupação de terra era necessário uma identidade, que não se configurava apenas pela situação de miséria que as famílias se encontravam.

A carência econômica não era o fator determinante que conduziu os novos personagens irromperem no cenário político. Sobre isso nos fala Edson Nunes,

A determinação de carências é um processo subjetivo e individual e é realizada mediante escolhas entre carências diversas, e estas implicam reciprocamente opções entre valores e modos de vida, o que é particularmente importante nas sociedades modernas. Por desconhecer a natureza subjetiva e individual das carências, qualquer teoria que tente pensar sistemas “verdadeiros e falsos de carências” embute uma normatividade nada democrática (NUNES, 1989: 68).

As reuniões se constituíram em espaços pedagógicos para reflexões bíblicas, cuja orientação levava ao debate da conjuntura política e econômica do país – desemprego, o êxodo rural, a fome -, assuntos que despertaram ações. Num período de quatro anos, as experiências do grupo caminharam da horta para associação de moradores que reivindicaram água, luz, asfalto, - infraestrutura ausente nos bairros periféricos -, para a ocupação de terra. As reivindicações possibilitaram o desenvolvimento de laços sociais e o grupo, paulatinamente, espelhado nas experiências oriundas das lutas no sul do país, passou a organizar-se como o movimento social dos sem terra de Sumaré.

Portanto, a atuação das CEBs foi vital para emergir a mobilização. O salão serviu para que várias famílias encontrassem afinidades como, mulheres, desempregadas e expulsas da terra. Sobre a participação nas reuniões dona Tereza narrou,

Caminhava quinze quilômetros para chegar nessa reunião a pé – tinha dia que começava às oito horas e terminava às onze horas da noite, mas só que eu tinha que olhar o povo falar e eu via era os vaga-lumes de fogo com o estômago vazio, não tinha nada para comer, saía de casa de jejum sem nada para comer, eu tinha cinquenta anos. E no dia de ocupar a terra eu nem fui à reunião, por que tinha que tomar ônibus ou ir a pé por dentro e sair lá em Hortolândia. Então uma pessoa que não tinha ido à reunião avisou que eles iriam ocupar a terra no dia seguinte. No outro dia emprestei o dinheiro da vizinha - na época acho que era um real, tomei o ônibus e me mandei para lá. Deixei os meninos todos para lá, mas não estava abandonando, estava era caçando uma solução para tratar deles. Cheguei lá estavam todos arrumando o caminhão, contei a situação do meu marido que podia ser morto na rua por um bandido, por que ele chegava todo dia bêbado, ele trabalhava de servente, comprava aquelas coisinhas e não tinha mais nada em casa, e também o meu filho que estava no mundo das drogas, estava bebendo, estava aquela coisa horrível. E eu participei da reunião, pensei que fosse num lugar bem longe, lá no fim do mundo, para ninguém mais saber onde eu estava, de tão desesperada que estava de ver a casa sem nada³.

³ Tereza Correia de Melo, assentada no lote 11. Entrevista realizada no dia 30/10/2006.

A importância da participação nas reuniões fazia dona Tereza superar os obstáculos, como a distância, a fome, a falta de dinheiro e o sexismo. A assiduidade na luta era um critério importante para selecionar aqueles que receberiam a terra, uma vez que quase sempre a área conquistada era insuficiente para todas as famílias. Assim, ela procurava estar sempre presente, mesmo com o estômago vazio e vendo os vaga-lumes, compreendia que a mobilização coletiva era alternativa para superar as privações que atravessava.

Nos espaços cedidos pela Igreja, os moradores desempregados, mobilizaram-se inicialmente em prol de uma horta comunitária e foram rapidamente adquirindo a consciência de que a situação era a realidade de muitas famílias. As reuniões se constituíram em espaços pedagógicos para reflexões bíblicas, cuja orientação levava ao debate da conjuntura política e econômica do país – desemprego, o êxodo rural, a fome.

Afinal o que possibilitou a emergência da sociedade civil? Seria apenas a carestia econômica? A ação de dona Tereza pode ser analisada apenas como desdobramento natural da acumulação capitalista, do desenvolvimento urbano e sua crise? O que ocorreu que a fez comparecer à vida pública? Sobre o assunto Edison Nunes salienta,

Ao reificar as “estruturas” rompe-se com a possibilidade de vê-las como produto da ação humana. Aqui é o caso em que a “prática teórica” molda o resultado da “pesquisa” na forma da premissa maior. O que importa ressaltar é que derivar o sentido da prática, que dada a finitude é sempre particular, das estruturas, implica necessariamente na admissão de duas lógicas distintas da ação já no nível mais elevado de generalidades! E reconhecer ao príncipe o primado da ação racional com vistas aos fins e ao “povo” a ação imanente à história, ou equivocada ou estéril. (NUNES, 1989: 73).

Carestia dona Tereza sempre viveu, trabalhou como gente adulta desde os cinco anos de idade na roça! Quais os significados simbólicos, experimentados no bairro de Rosolén, que tornaram a ausência de direitos vitais, como carência? A narrativa de dona Malvina, ajuda-nos a pensar essas questões,

A minha comadre Dita falou que estavam fazendo um grupo que era para pegar terra e eu falei, ‘como pegar terra? Aonde que vai pegar terra? Não vai comprar?’ E ela disse que não era comprar, era pegar terra mesmo, e eu respondi: ‘Ai meu Deus do céu!’. Ia ser na avenida pertinho de casa era só dobrar a esquina e já estava no salão onde eles faziam as reuniões.... . Então, ela falou ‘Vamos lá, acho que todo domingo tem reunião e a gente vai lá participar, a gente tem que participar’. E eu respondi, ‘Mas como a gente vai pegar terra sem ter nada? E ela, ‘ah, vamos lá se der pra gente ir a gente vai, se não der pelo menos a gente está assistindo o que eles estão falando, o que os outros estão falando’. Ali eu vi eles incentivando muito a gente, onde falavam ‘não é porque não tem nada que não vai para terra, é por isso que tem que ir, porque na cidade vai estar cada vez mais

difícil, agora lutando, quem sabe Deus ajuda e quem sabe a gente arruma um lugarzinho que sossegue num lugar'. Então fui acompanhando essas reuniões⁴.

Foi na comunidade que dona Malvina viu “eles” incentivando muita gente, eram os seminaristas que estiveram envolvidos na luta pela terra. Através da comadre, ela foi informada da reunião que acontecia para organizar as famílias a conquistarem terra. Foi difícil compreender a transgressão da ordem, estabelecida pela cultura camponesa, por isso o espanto e a expressão “*Aí meu Deus do Céu!*”. Ingressar nas reuniões significou questionar as normas estabelecidas, o costume de que terra se comprava com dinheiro, por isso a pergunta, “*Mas como a gente vai pegar terra sem ter nada?*”.

Os seminaristas foram os agentes que responderam às dúvidas de dona Malvina, convencendo-a a entrar definitivamente na luta pela terra, participando do Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima. A elaboração cultural das necessidades perpassou pela mediação entre as estruturas dadas pelo sistema e as ações desenvolvidas pela CE como estratégias de mobilizações criaram uma cultura política que despontou o sentimento de identidade e a consciência das injustiças que viviam nas periferias da cidade com o desemprego, a falta de moradia, as doenças, a violência e tráfico de drogas.

A miséria, acrescida pelo fomento da discussão política impulsionada pelos mediadores resultou na decisão da ocupação de terra. A leitura do livro do Êxodo suscitou comparações entre a realidade vivida pela comunidade e a saga dos Hebreus contra a tirania dos Faraós, no Egito, e exemplo de luta para os acampados. A bíblia despertou a consciência da injustiça dos latifúndios, a defesa da terra de trabalho para garantir o sustento das famílias. Os preceitos da Teologia da Libertação disseminavam mudanças nas estruturas sociais a favor dos pobres.

Portanto, a carência econômica não foi o único determinante para a mobilização do grupo. O papel desempenhado pelas lideranças foi primordial para que dona Tereza, dona Malvina, dona Francisca se reconhecessem como sujeitas de histórias que não eram somente delas, mas da maioria que ingressava no movimento. Luiz Carlos Tarelho enfatiza a formação da identidade de *Sem Terra*:

É preciso ressaltar que essa consciência de que não lhes restava muita alternativa senão a de lutar pelo direito de acesso a terra – adquirida com vivência de uma situação de exclusão social, situação essa marcada sobretudo pelo desemprego, pela miséria e pela privação – ganhou de fato consistência e ressonância quando os trabalhadores começaram a discutir os seus problemas no interior de um espaço, mediatizado por uma linguagem, que permitiu dar sentido e fundamentação a essa consciência e transformá-la num saber coletivo. Espaço

⁴ Malvina Jacinto Teodoro. Entrevista realizada no Assentamento de Sumaré II no dia 07/07/2007t.

esse criado pelas Comunidades de Base e atravessado por um discurso crítico em relação ao discurso despolitizante dominante, que ajudou os trabalhadores a se reconhecerem mutuamente como sujeitos de um empreendimento coletivo. (TARELHO, 1988: 32).

Em fevereiro de 1984, ocorreu a formação de um acampamento, grupo II Sumaré, no final do governo Franco Montoro. No acampamento permaneceu um forte embrião organizativo, distribuído em comissões que se reunia, decidia e encaminhava soluções para todos os problemas vividos pela comunidade – saúde, negociação, alimentação, etc. O funcionamento de todas elas resultava na vitalidade do grupo.

Por diferentes caminhos, o protagonismo feminino foi fundamental para a sobrevivência do grupo. Durante o processo de luta elas desenvolveram uma percepção de cidadania, uma vez que o acampamento constitui-se num longo percurso de negociações, quando desenvolveram estratégias de sobrevivência, construindo laços de solidariedade que permitiram as famílias continuarem vivendo em barraco, por dois anos. Por isso, a valorização daquele momento, nos depoimentos, com certa nostalgia. Segundo José de Souza Martins a experiência do acampamento assim pode ser definida,

Certamente, esses momentos são momentos que incrementam a solidariedade grupal e estimulam inovações nos relacionamentos... É muito pouco provável que essa experiência emergencial e transitória não semeie as bases de relacionamentos duradouros em situações de normalidade, através, por exemplo, do compadrio e dos casamentos entre as famílias (MARTINS, 2003: 82).

O acampamento representou uma situação de precariedade, na qual as mulheres participaram, desafiando a ordem estabelecida e saltando sobre as leis. Momento de profundas rupturas com os valores tradicionais experimentados por mulheres, crianças, idosos e homens que viveram embaixo dos barracos de lona preta: um grande ‘espetáculo’ quando mostraram para a sociedade a pobreza em que estavam sendo incluídos, nas periferias da região de Campinas - Nova Aparecida, Bairro do Matão, Hortolândia, Nova Veneza, Cosmópolis, etc.

Nele ocorreram mudanças nos valores tradicionais, quando condutas e lealdades foram questionadas. O latifúndio, o Estado, a polícia, foram descortinados no processo da ocupação, vistos como mandatários das injustiças sociais. Uma nova rede de solidariedade firmou-se para além da família, da religião e do partido político: o acampamento foi o um encontro ecumênico dos desconhecidos sociais, nele se conhecia um ou outro, mas a grande maioria era desconhecida.

A permanência no acampamento representou uma situação de passagem da periferia da cidade para a terra definitiva. Foi tempo suficiente para as primeiras experiências coletivas na produção de milho, feijão. Nele as mulheres fundaram o Grupo Mulheres da Terra, em 1985 com o objetivo de captar recursos financeiros para a sustentação do grupo. As mulheres avançaram na luta, e construíram um forno de barro onde faziam pão e vendiam para a comunidade. Com o dinheiro compraram uma vaca holandesa que garantia o leite das crianças.

A comunidade recebeu apoio de diversas entidades - CEBs, sindicatos, escolas, ONGs, Central Única dos Trabalhadores, estudantes, pesquisadores, professores universitários -, e se tornou parte do MST e do Partido dos Trabalhadores que se formava na região. Conforme analisou Maria Glória Gohn,

Na realidade, usualmente a trama que tece as relações entre o movimento e as organizações precede a própria existência do movimento. Este dado é importante porque muitos analistas têm uma concepção linear de movimentos, afirmando que nasceriam em função das carências e interesses e depois marchariam para a institucionalização por meio de sua transformação em organização. Esta trajetória até poderá ocorrer, mas as organizações que dão origem aos movimentos – a que chamamos matrizes – são do tipo ONGs, partidos, sindicatos, Igreja, etc. Elas configuram em linhas gerais do projeto que o movimento construirá em sua trajetória (GONH, 2006: 254).

O acampamento foi território de intensa mobilização, no qual as mulheres firmaram laços de solidariedade, adquirindo cada vez mais a consciência da importância da participação feminina na determinação política do movimento. Elas extrapolaram o confinamento da cozinha e do cuidado com os filhos. A coesão do grupo, assim foi narrada por dona Iolanda:

Antes do acampamento a gente só pensava na gente não tinha conhecimento de nada. Eu mesma era uma bobinha, tudo que eu aprendi foi no acampamento, foi na terra, foi estando em grupo. As poucas coisas que eu aprendi foi no acampamento, antes eu pensava só em mim, não tinha dialogo⁵.

Elas foram à luta pela sobrevivência da família, pela criação dos filhos e pelo acesso aos fundos perdidos, que mencionaram nas histórias de vida. No ato da ocupação perceberam como classe trabalhadora, pois o despejo havia demonstrado a frieza do polícia, em convivência com as ordens do Estado, que desalojou crianças, velhos e mulheres

⁵ Iolanda Oliveira Pereira. Entrevista realizada no Assentamento de Sumaré II, no dia 18/08/2006.

doentes. Neste momento sentiram a debilidade da justiça, que violou o direito à vida, por isso resistiram às pressões do governo e exigiram políticas sociais que a democracia havia acenado, como acesso à terra. Compreendemos a tomada de consciência das mulheres, como classe trabalhadora, na perspectiva de Edward Thompson que afirma;

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em um certo “estágio” do processo (THOMPSON, 2001: 277).

No embate perceberam-se como mulheres que proviam o sustento da família, compartilhando a chefia da casa, por isso dona Tereza ignorou a ameaça do marido - que lhe proibiu de ingressar no movimento -, que segundo seu depoimento, *‘pouco fazia além de beber’*, e foi em busca da terra para garantir a reprodução da família. Elas haviam rompido as cercas que separavam os gêneros, tornaram-se parte do Grupo Mulheres da Terra e abandonaram o isolamento da casa pela coletividade da luta, que prometia a terra desejada.

Por fim, faz-se necessário salientar, que atuação do Grupo Mulheres da Terra tornou-se possível em decorrência de diversos fatores: pelas condições objetivas, ou seja, a situação de precariedade das famílias nas periferias de Campinas; pela presença das mediações que consolidaram espaços diálogos que desencadearam um processo educativo, no qual as mulheres experimentaram a participação política, nos salões de paróquias, nas associações; e por fim não podemos esquecer da subjetividades das mulheres que, em última instância, optaram pela luta, na busca do direito à terra de trabalho. Portanto, a entrada de novos personagens na cena política das décadas de 1970/80 dependeu de inúmeros determinantes que compuseram a tessitura do processo histórico, conforme Eder Sader,

Embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quando das significações culturais que as impregnam E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais (E certamente, na medida em que tais movimentos constituem um agente ativo na formação social, mesmo aquela “estrutura já dada” é também produzidas pelas interações e lutas de classe) (SADER, 1988: 44-45).

As práticas sociais, permeadas de significados simbólicos, resultaram na legitimação das mulheres enquanto sujeitos sociais. O conflito no interior das novas estratégias de luta, como reuniões, assembleias, passeatas, acampamento redimensionou o universo simbólico, cultural, político e econômico das mulheres do Assentamento de Sumaré, que desenvolveram uma cultura política - a qual se constrói ao longo da trajetória, não é mera herança de tradições passadas -, e esta por sua vez possibilitou questionamentos de valores seculares, além de instrumentalizá-las com outros conteúdos democráticos que foram estruturadores de identidades coletivas. O Grupo Mulheres da Terra descobriu-se enquanto classe camponesa, os sem-terra de Sumaré, na medida em que a similitude de seus interesses criou uma comunidade, uma organização política e foi capaz de fazer valer seus interesses de classe: a terra como meio de produção da subsistência.

Referências Bibliográficas

- FRANK, A. G. Dez teses acerca dos Movimentos sociais. In: *Revista Lua Nova*, Junho de 1989, n^o 17.
- GONH, Maria da G. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. 3^a Edição. São Paulo: Loyola, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *O Sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- NUNES, Edison. *Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos*. In: *Revista Lua Nova* – São Paulo – Junho 1989.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970/80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- TARELHO, Luiz Carlos. *Da Consciência dos Direitos à identidade social: os Sem Terra de Sumaré*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social – PUC/SP, 1988.

Recebido em: 14/04/2013
Aprovado em: 01/07/2013